

Relatório de ***Gestão***

Biênio 2017/2019



Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa





Relatório de ***Gestão***

Biênio 2017/2019



Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa

BELÉM - PARÁ

2019



*Colaboradores da Escola Judicial do Estado do Pará
Dr. Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa*

Objetivos da EJPA

EQUIPE DE TRABALHO

CONSELHO SUPERIOR

Des. **RICARDO FERREIRA NUNES** – PRESIDENTE

Des. **CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO** – DIRETOR GERAL

Desa. **MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA** – DIRETORA ADJUNTA

CONSELHO:

MEMBRO 1: Des. **LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO**

MEMBRO 2: Des. **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

CORPO DIRETIVO

DIRETOR GERAL

Des. **CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO**

SECRETARIA GERAL

Dr. **ANÍBAL CORRÊA PINHEIRO**

COORDENADORA DE CURSOS

Dra. **ANA ANGÉLICA ABDULMASSIH OLEGÁRIO**

DEPARTAMENTO ACADEMICO:

Diretor: **PAULO VICTOR RAMOS CORRÊA**

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO:

Diretora: **CILENE BRITO ANCHIETA**

DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA

Diretora: **PATRÍCIA KRISTIANA BLAGITZ CICCHOVSKI**

EQUIPE DE TRABALHO:

Alexandre Carvalho Dias

Ana Carla Pinto Marques Pinheiro

Andreza Etheene Cavalcante Moura

Antonio Fernando Alves Guimaraes

Bruna Helena Monteiro Nunes

Carla Diane da Silva Soares

Cristiana de Oliveira Rendeiro

Cristiane de Sousa Lima

Denise Cristina Silveira Gomes

Edmundo Rodrigues Cal

Eduardo Sampaio Gomes Leite

Francisca Edilene Ribeiro Vicente

Francisca Maria dos Prazeres Bezerra

Iracema de Souza Alcantara

Izabela Pantoja do Espírito Santo

João Marcelo de Sousa Siqueira

Klaus Alves Xabregas

Luciana Maria Santos Moura Assad

Luiz Alberto Pequeno de Paiva

Maira Liane Viana Sadeck dos Santos

Maria da Conceição Cunha Teixeira

Maria da Conceição Ruffeil Moreira

Maria do Socorro Sidrim dos Santos

Michelle Ribeiro Correa

Natascha Ramos Rodrigues Damasceno do Couto

Nuno Maria Cabral Vouzela

Rosangela do Socorro Montalvão S. dos Santos

Rosalina Moitta Pinto da Costa

Samarone Paes Lacerda

Synthia Maria Guimarães Angelim

Suely Caminha y Rodrigues

Thaiana Louise Bastos Bitencourt da Silva

Wellen Pimentel Fontes de Oliveira

A Escola Judicial do Estado do Pará (EJPA) tem objetivo de promover a integração das atividades de ensino, pesquisa, extensão e o contínuo aprimoramento e capacitação de magistrados e servidores, indispensável ao pleno desenvolvimento da Justiça no Estado do Pará, bem como a prestação de serviços diretamente à comunidade pela utilização dos instrumentos de cursos, inclusive de pós-graduação lato sensu que dispõe para obtenção das finalidades anteriores.

As Escolas Judiciais têm grande importância na etapa de admissão do juiz para adquirir a formação inicial e o vitaliciamento, com a responsabilidade permanente no aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Poder Judiciário. Integrar servidores e magistrados num sistema harmônico buscando um ideal de excelência técnica e ética é o nosso objetivo.

Garantir a qualidade na formação e desenvolvimento profissional de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, integrando-os num sistema harmônico, buscando um ideal de excelência técnica e ética, garantindo um ensino de qualidade e assegurando a melhoria continuada da prestação jurisdicional.

MISSÃO

Proporcionar a magistrados e servidores a capacitação indispensável ao desenvolvimento do exercício pleno das ações inerentes ao Poder Judiciário do Estado do Pará, bem como oferecer oportunidade de preparação jurídica ao ingresso na carreira da magistratura, além de congregar em torno de temas jurídicos variados segmentos profissionais e sociais comprometidos com questões relevantes da sociedade paraense.

VISÃO

Manter o elevado nível de conhecimentos jurídicos e transdisciplinares de magistrados para que atendam ao perfil exigido pelo Estado na sua prestação jurisdicional, oferecendo solução aos conflitos interindividuais e sociais, além de estimular a permanente busca de aprimoramento dos servidores nas atividades-meio e atividades-fim.

VALORES

- Ética
- Celeridade
- Modernidade
- Responsabilidade Social e Ambiental

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	10
Mensagem do Secretário-Geral Aníbal Corrêa Pinheiro	12
Estrutura Organizacional	14
Atribuições do DAF	15
Atribuições do DAC	15
Atribuições do DEP	16
Modernização e gestão de tecnologia da informação.....	16
Comunicação	17
Atividades pedagógicas	17
5.142 Horas de formação	17
Ações setoriais	18
Cursos	18
Cursos para Formação Inicial	18
Cursos para Formação Continuada	18
Ano Letivo: 2017	20
Programação: eventos/extensão	20
Atividades de Extensão	20
COORDENAÇÃO: ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARÁ - EJPA	20
EM PARCERIA: COORDENADORIA DOS RECURSOS/COORDENADORIA DE TRIAGEM DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL	21
EM PARCERIA: ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DO PARÁ - AMEPA / ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO ESTADO DO PARÁ ANOREG/PA.....	21
EM PARCERIA: COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - CEIJ.....	22
EM PARCERIA: NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS - NUPEMEC.....	22
EM PARCERIA COM A ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA - EPM.....	22
RELATÓRIO CURSOS - EJPA - ANO LETIVO 2017	22
CURSO DE FORMAÇÃO	22
CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO	23
Ano Letivo: 2018/2019	25
Programação: eventos/extensão	25
Formação Continuada	25
COORDENAÇÃO: ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARÁ - EJPA	26
EM PARCERIA: VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DISTRITAL DE ICOARACI	26
EM PARCERIA: COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - CEIJ	26
EM PARCERIA: NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS - NUPEMEC	27
TOTAL DE PARTICIPANTES DOS EVENTOS DE EXTENSÃO 2018.....	27
RELATÓRIO CURSOS - EJPA - ANO LETIVO 2018	27
CURSO DE FORMAÇÃO	27
CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO	27
Formação de Formadores	32
Cursos de Pós-graduação	33
Interiorização e descentralização	35
Acordos e parcerias	35
Valorização de servidores do corpo técnico da Escola da Magistratura	37
Curso de Direito Agrário para titularização de vara agrária	38
Investimentos e melhorias	38
Credenciamento no Conselho Estadual de Educação	38
Estudos e pesquisas para o credenciamento junto ao Ministério da Educação	40
EJPA participa de eventos do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (copedem)	40
EJPA é homenageada na Câmara Municipal de São Paulo	41
Ação social	42
Responsabilidade socioambiental	44
Escola recebe evento da Escola Nacional da Magistratura - ENFAM	45
Escola recebe o título de Escola Judicial	46
Escola judicial homenageia o Juíz Elder Lisboa	47

APRESENTAÇÃO

Com objetivo de demonstrar o desenvolvimento e o valor da Escola Judicial do Estado do Pará para o desenvolvimento e aprimoramento do conhecimento de magistrados e servidores, apresentamos o Relatório de Gestão do Biênio 2017/2019.

A EJPA oferece a magistrados e servidores cursos específicos para a área-fim e cursos com vistas à capacitação para desenvolverem suas funções nas atividades-meio, inclusive para aperfeiçoamento pessoal.

Acredita-se que a principal importância das Escolas Judiciais é o aperfeiçoamento e capacitação contínua dos seus magistrados e servidores, estimulando o raciocínio, a compreensão, a visão e direcionamento do que é ser um profissional de serviço público, requisito indispensável para a sociedade nos dias atuais.

Neste Biênio, qualificamos mais de 4.552 pessoas, em diversas áreas do conhecimento, buscando uma análise crítica que promova não apenas a capacitação de magistrados e servidores para a compreensão de conceitos próprios, mas também a aplicação desses conhecimentos na operacionalização do plano prático-laborativo.

A educação baseada em valores e ética promoverá a cultura da paz, resultando em ambiente equilibrado e indivíduos capazes de criar trabalho

significativo para a sociedade, contribuindo dia a dia para a evolução do todo, razão pela qual se verifica a importância de todo magistrado e servidor ter sua formação e capacitação com base na Escola Judicial.

Este Relatório nos leva à reflexão sobre os rumos que a prestação jurisdicional do Estado do Pará vem tomando, a partir da constatação de que mais de 665 magistrados e 2.427 servidores concluíram ou estão em fase de conclusão de cursos voltados ao aperfeiçoamento profissional e pessoal.

Tal fato, nos motiva a seguir firmes na convicção de que os juízos emitidos pela nossa comunidade interna, pelos operadores jurídicos, e pela sociedade civil, só tendem a aprimorar a prestação jurisdicional.

Merecem destaque os Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, credenciados pela Escola de Governo, Lei nº 8.807, de 27 de dezembro de 2018 que adequou a estrutura da Escola da Magistratura, transformando-a na Escola Judicial do Estado do Pará, a interiorização e ensino a distância e a formação de novos formadores.

Ainda, coroando o esforço cotidiano da EJPA, todo o profissionalismo foi traduzido em resultados que foram além das fronteiras estaduais, proporcionando o reconhecimento desta Escola com a obtenção do Diploma e Medalha de Honra, Homenagem

recebida na Câmara Municipal de São Paulo, esta premiação considerou os relevantes serviços prestados à formação dos magistrados e servidores do Tribunal de Justiça e da comunidade jurídica paraense.

Para fechar o biênio com chave de ouro, conseguimos, com muito esforço e trabalho em equipe, após visita técnica realizada pela comissão avaliadora do Conselho Estadual de Educação, realizada nos dias 29,30 e 31 de janeiro, a tão almejada aprovação do credenciamento da Escola Judicial junto

ao Conselho de Educação, tendo esta instituição de ensino alcançado a nota máxima em todos os critérios de avaliação.

Acredito que as atividades discriminadas implementaram benefícios significativos para o Poder Judiciário do Estado do Pará, criando agentes conscientes das responsabilidades e eticamente seguros.

Em sendo assim, conseguimos cumprir nossos objetivos de forma transparente e objetiva, focada na valorização do serviço público.

Desembargador Constantino Augusto Guerreiro

Diretor Geral da Escola Judicial do Estado do Pará Dr. Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa

Mensagem do Secretário-Geral Aníbal Corrêa Pinheiro

Durante o biênio 2017/2019 a Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará manteve sua elevada destinação educacional, dedicada à comunidade jurídica paraense, com especial atenção aos Magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado. Cumprindo esses objetivos, registrou a capacitação de 4.552 alunos em cursos regulares e eventos de extensão acadêmica, assim qualificando ainda mais o exercício das funções judicantes em nosso Estado.

Outros números, igualmente relevantes, assinalaram a produtividade da EJPA durante o exercício, foram finalizados 98 cursos regulares, contemplando temáticas como institutos do novo Código de Processo Civil, Direitos Humanos, Direito Ambiental, Direito Agrário, Direito Registral e Notarial, Direito de Família, Direito Tributário, judicialização da saúde e conciliação. Nossos cursos de formação continuada totalizaram 3.833 horas/aula e a frequência de 2656 alunos certificados, dos quais 547 magistrados, 1.869 servidores e 230 outros participantes integrantes da comunidade jurídica.

Os eventos de extensão consistiram na Conferência Magna de Abertura do Ano Letivo, exibição de filmes e documentários, complementados por debates, Semana Jurídica, Simpósios e demais eventos. Desfrutamos da parceria com a Coordenadoria dos Recursos Extraordinários e Especial do TJPA, Associação dos Magistrados do Estado do Pará, Associação dos Notários e Registradores do Estado do Pará, Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude, Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Escola Paulista de Magistratura. Nestes eventos, 1.896 participantes foram

certificados, totalizando 417 horas/aula.

Ainda registramos, no decorrer do biênio, a participação de 19 novos Magistrados do TJPA no curso de formação inicial, necessário para a obtenção do vitaliciamento, de acordo com exigência da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM. Foram 575 horas/aula, envolvendo questões teóricas e práticas sobre a Magistratura. Os novos alunos foram acompanhados por juízes do Tribunal de Justiça do Estado, os quais atuaram como tutores das ações práticas.

A Escola da Magistratura também efetivou o projeto de interiorização. Foram realizados 9 cursos em cidades polo do TJPA, como Marabá, Santarém e Altamira, capacitando alunos nos cursos de aplicabilidade da Lei Maria da Penha, crimes contra a vida, a atuação do Oficial de Justiça na prestação jurisdicional e de justiça restaurativa.

Além disso, 41 Magistrados e 44 servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará concluíram o curso de Direito Agrário, Ambiental e Minerário, realizado pela Escola Superior de Magistratura durante os meses de maio, junho e julho de 2017, curso este que mereceu uma segunda edição, com 45 inscrições em todo o Estado, e foi realizada nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2018. O curso na modalidade semi-presencial, com carga-horária de 120 horas-aula, observou a determinação do artigo 167, §5º da Constituição do Estado do Pará, o que indica ser pressuposto para a titularização das varas agrárias a aprovação em curso sobre o assunto organizado pela EJPA. Atualmente, o TJPA já instalou cinco Varas Agrárias, sediadas nas Comarcas de Castanhal,

Marabá, Redenção, Santarém e Altamira, municípios, nos quais foram realizadas as etapas presenciais do curso, impulsionando o projeto de interiorização.

A EJPA ofertou, igualmente, cursos na modalidade de ensino a distância, sobre improbidade administrativa, gestão judiciária, execução penal, gestão de pessoas e serviços extrajudiciais, abrangendo grande número de servidores e magistrados, reduzindo os custos e aumentando o alcance do Tribunal.

Além do projeto de interiorização, importantes parcerias internacionais foram firmadas, visando ao intercâmbio acadêmico, científico e cultural com outras instituições de ensino, formalizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por intermédio da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará, o correspondente termo de cooperação técnica com a Universidade Infante D. Henrique, localizada na cidade do Porto, Portugal e com a Universidade FDUL Lisboa, localizada na Alameda da Universidade MB, Lisboa, Portugal. Os acordos possibilitarão a mobilidade de professores e pesquisadores, a realização de estudos/pesquisas, além de publicações, cursos, seminários e conferências entre o Pará e o Estado Português.

A formação acadêmica aliada a prática profissional também foi valorizada ao longo do biênio.

Estão em realização cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, em parceria com a Escola de Governança do Estado do Pará, formando cerca de 120 alunos, dentre magistrados e servidores do TJPA nos Cursos de Gestão Pública com ênfases em políticas públicas e governança; gestão de pessoas, direito civil e direito processual civil e direito penal, processual penal e direitos humanos.

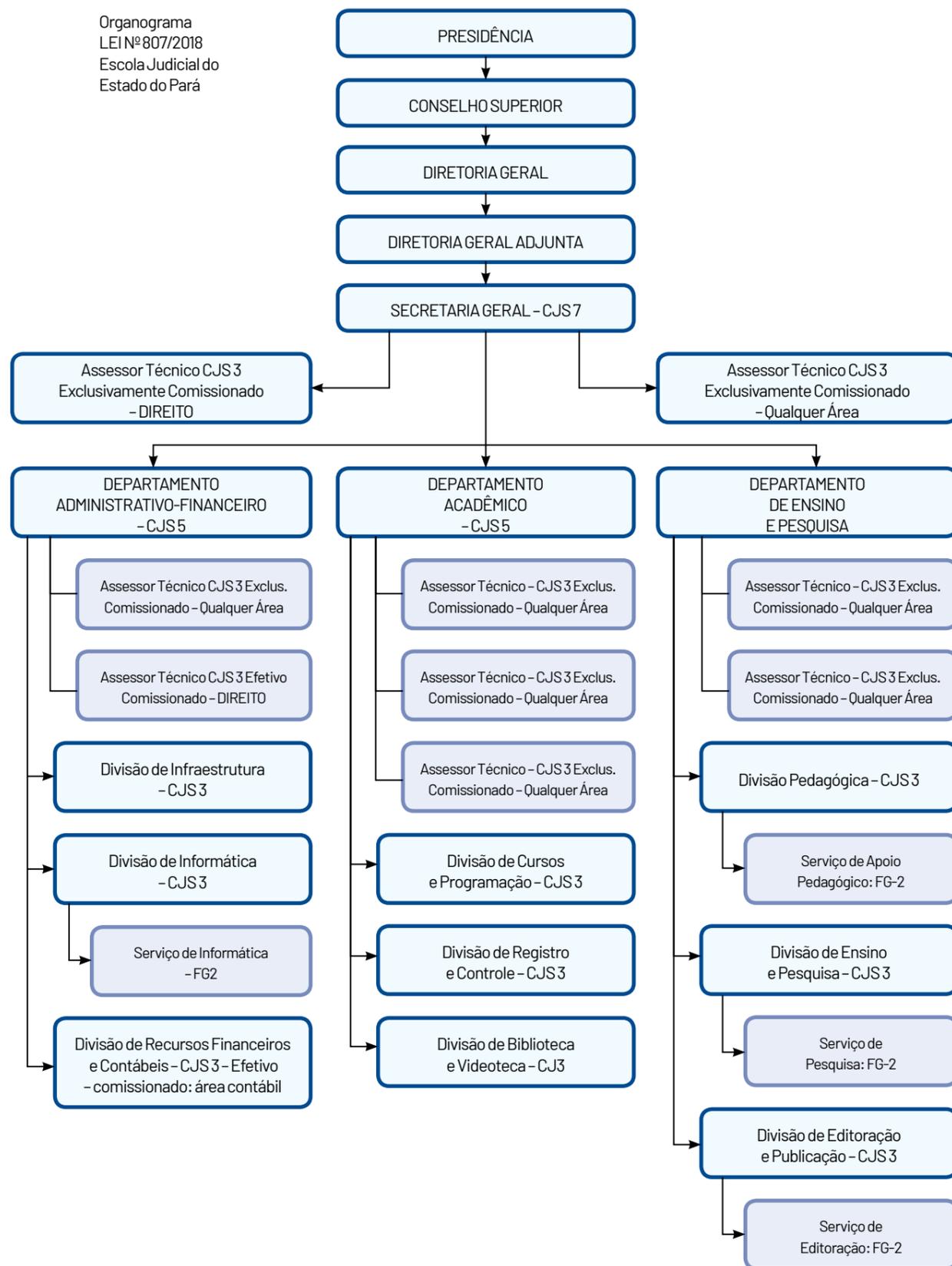
Além disso, concluímos com louvor o processo de credenciamento da EJPA junto ao Conselho de Educação que, após a visita técnica ocorrida em janeiro/2019, aprovou o ingresso da instituição junto ao Sistema Estadual de Ensino, com autonomia para ofertar cursos próprios e adequados à real necessidade do Poder Judiciário Paraense.

Tais realizações e desempenhos refletem a continuidade no cumprimento das razões de ser da Escola Superior da Magistratura, ao mesmo tempo em que testemunham a dedicação da direção, coordenadores das diferentes áreas e de todos os servidores, unidos e coesos, no objetivo superior de elevar cada vez mais o conceito acadêmico desta Instituição. Vale louvar mais uma vez, e sempre, a iniciativa de sua criação, na função de tornar, atualizar e enriquecer os conhecimentos e a experiência dos frequentadores de nossos cursos e palestras.

Aníbal Corrêa Pinheiro
Secretário-Geral

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Organograma
LEI Nº 807/2018
Escola Judicial do
Estado do Pará



Atribuições do DAF

Diretora: **Cilene Brito Anchieta**

O Departamento Administrativo e Financeiro da Escola Judicial do Estado do Pará participa das atividades da Escola através do planejamento em conjunto com os Departamentos de Ensino e Acadêmico, sob supervisão da Secretaria Geral e da Direção Geral, da orçamentação e da execução, até a avaliação final do resultado operacional.

O DAF realiza o controle de pessoal (frequência, licenças, férias, justificativas, etc.) de material (solicitação, distribuição, consumo, reposição, etc.) e de infraestrutura (limpeza, consertos, manutenção, etc.),

também compete ao departamento a execução de contratos e convênios e suas prestações de contas, acompanhar a previsão e a orçamentação dos materiais a serem adquiridos e dos serviços solicitados pelos demais setores da EJPA; gerenciar a execução e o controle das atividades pertinentes as divisões de recursos financeiros e contábil, de infraestrutura e de informática, indispensáveis ao bom funcionamento do Departamento, além de exercer outras atividades que assegurem o desempenho eficaz do Departamento.

Atribuições do DAC

Diretor: **Paulo Victor Corrêa**

Compete ao Departamento Acadêmico através de suas três divisões: Divisão de Cursos e Programação, de Registro e Controle, de Biblioteca e Videoteca: Programar, coordenar e controlar a utilização do espaço físico da Escola Judicial do Estado do Pará destinado às atividades acadêmicas, bem como o pedido de inscrição dos candidatos aos cursos e demais eventos acadêmicos promovidos pela Escola Judicial do Estado do Pará; controlar a frequência dos alunos aos eventos acadêmicos promovidos; acompanhar o desempenho dos alunos e seus dados, manter o registro de cada discente, bem como de cada evento; oferecendo subsídios ao Secretário-Geral da Escola para elaboração do Relatório das Atividades Desenvolvidas - RAD - pela Escola Judicial do Estado do Pará.

O trabalho desenvolvido pelo Departamento Acadêmico da EJPA no presente biênio objetiva dar continuidade aos projetos de modernização das atividades de Gestão Acadêmica e Registro Escolar. Neste sentido, procurou-se capacitar os servidores do departamento aos novos desafios institucionais

da formação continuada, em especial, no provimento de soluções ao Ensino a Distância e interiorização. Neste rumo, mais de 5.142 horas de atividades foram promovidas para Magistrados, Servidores, e, inclusive, para a comunidade jurídica paraense, conforme objetivos gerais do Regimento Interno. Assim, questões como acesso ao ensino nas localidades distantes deste Estado, disponibilidade de conteúdo em tempo integral, acesso ao docente e suporte às questões de registro acadêmico a todos os servidores da EJPA são prioridades do Departamento que não mede esforços na busca pela modernização e amplo acesso do conhecimento. No campo da Gestão Acadêmica, destacamos, neste biênio, Ações de Gestão Acadêmica - que visam a melhorar qualificar e dar eficiência e eficácia às atividades acadêmicas da EJPA, sempre focada na gestão e controle da informação. Ações de Registro Escolar - que visam ao efetivo controle do registro dos dados escolares dos alunos, bem como do controle da documentação de cada um, objetivo fim deste departamento.

Atribuições do DEP

Diretora: **Dra. Patricia Blagitz**

O Departamento de Ensino e Pesquisa contribui na organização e formatação dos cursos de formação e capacitação dos magistrados paraenses. Concebe o mecanismo pedagógico de aquisição de conhecimento e possibilita o desenvolvimento de competências em favor da efetiva e humanizada prestação jurisdicional. Integra a estrutura do SIS-FAM/ENFAM credenciando seus cursos na forma da Resolução n. 03/2013 e alterações posteriores. Garante, desta forma, que a atividade discente respeite a normativa constitucional de vitaliciamento e promoção dos magistrados paraenses. Foram diversos os cursos de aperfeiçoamento para magistrados vitaliciados e vitaliciandos, cursos de pós-graduação lato sensu, curso de formação de formadores e de Direito Agrário.

Ensino, pesquisa e difusão do conhecimento são os pilares que, funcionando de modo integrado e harmônico, fornecem permanentemente subsídios um

ao outro, ao conjugarem ações coordenadas com a intenção de propiciar a formação inicial e continuada a magistrados, servidores, operadores do direito em última análise.

Projeto estratégico

A Escola Judicial do Estado do Pará (EJPA), deu início em 2017 ao seu projeto estratégico de Aprimoramento Administrativo e Pedagógico, tendo concluído a execução dos seguintes instrumentos de gestão e orientação pedagógica: definição de cargos e suas respectivas atribuições, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Político Pedagógico (PPP). Estão em fase de elaboração os seguintes outros instrumentos: Regimento Interno da instituição e busca de certificação no Conselho Estadual de Educação.

Modernização e gestão de tecnologia da informação

A EJPA está implementando novo sistema com todas as funcionalidades necessárias ao bom andamento da nova Secretaria Virtual. Este sistema foi criado para virtualizar e unificar todos os

procedimentos, tais como: matrículas em cursos, histórico escolar, solicitação de declaração, agendamento de aulas etc. Tal medida irá acarretar em economia e eficiência nos trabalhos da Escola.

Comunicação

Durante o Biênio a Escola de Magistratura deu continuidade à publicação da Revista Acadêmica A Leitura, que em seu número 13 trouxe como temática geral o Sistema Carcerário Brasileiro.

A fim de modernizar a Escola, foram implantados na escola novos canais de comunicação, melhorando a interação entre a instituição e a comunidade.

Assim, foram criados informativos bimestrais com a divulgação de notícias da Escola e a criação de redes sociais (canal no youtube, página do facebook e perfil no instagram).

Isso redundou no aumento expressivo número de visualizações no Portal, além da criação do Projeto Minutos de Conhecimento, que consiste na publicação de vídeos das variadas temáticas do Direito

que são gravados e editados pela Escola Judicial do Estado do Pará e depois disponibilizados no Canal da EJPA no Youtube; criação da página Esmec Cursos no Facebook, para transmissão dos vídeos dos Minutos de Conhecimento e divulgação de cursos e outros eventos da Escola; adoção de um sistema de envio de informações para magistrados, sobre cursos e eventos realizados na Escola, através do aplicativo Whatsapp.

A EJPA lançou, em 2018, o Informativo EJPA, novo instrumento de comunicação e divulgação de suas atividades, entrevistas e artigos, com o intuito de informar Magistrados, Servidores e a Comunidade em geral sobre as atividades desenvolvidas.

Acompanhe a Escola através das redes virtuais:

Instagram: @esm.pa

Facebook: <https://www.facebook.com/esmpara/>

Youtube: <https://youtu.be/hYsemLb0rPA>

Atividades pedagógicas

5.142 Horas de formação

O esforço de ensino da EJPA alcançou um total de 4.552 pessoas. Dentre as formações ofertadas podemos pontuar: Três módulos do Curso de Formação de Formadores; Curso de Direito Agrário para titularização de Vara Agrária; Cursos Credenciados pela ENFAM destinados ao vitaliciamento e aperfeiçoamento de Magistrados; - Dois Cursos de Formação Inicial de Juizes Substitutos; Cursos de Capacitação, Seminários, Aula Magna, Encontro Jurídico, dentre outros eventos. Assim, a totalidade deste esforço educacional alcançou um total de 3.833 horas de atividades acadêmicas. Cabe observar que além do atendimento de

Magistrados, muitos assessores, servidores e operadores do direito em geral também foram alcançados pelo esforço de ensino da EJPA, qualificando esta Escola como uma Escola Judicial, e, não apenas, para Magistrados. Há de se notar que também foram contabilizadas as atividades em que a EJPA disponibilizou espaços, estrutura humana e material para que outros cursos planejados pelo Tribunal obtivessem igual sucesso em suas realizações, comprovando o caráter institucional da EJPA como Escola Judicial. Para melhor compreender este trabalho vamos dividir a formação continuada em focos específicos.

Ações setoriais

Cursos

Cursos para Formação Inicial

Durante o biênio a Escola de Magistratura realizou duas turmas no Curso para Formação Inicial.

Os Cursos para Formação Inicial de juízes de direito substitutos, recém-empossados à magistratura, promovidos pela Escola Judicial (EJPA), do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), tem base nas diretrizes do Conselho Nacional do Justiça (CNJ) e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) e conta com 480 horas aula.

O curso é composto pelo conteúdo programático de 16 disciplinas, que são ministradas por magistrados, servidores e professores convidados e a formação é obrigatória para os juízes substitutos recém-empossados no Judiciário paraense.

Ao longo do biênio foram formados onze juízes em 2017 e sete em 2018.

Cursos para Formação Continuada

No ano de 2017 foram realizados 44 cursos, enquanto no ano de 2018, este número subiu para 55.



Novos magistrados em módulo nacional do curso de formação inicial credenciado pela ENFAM.

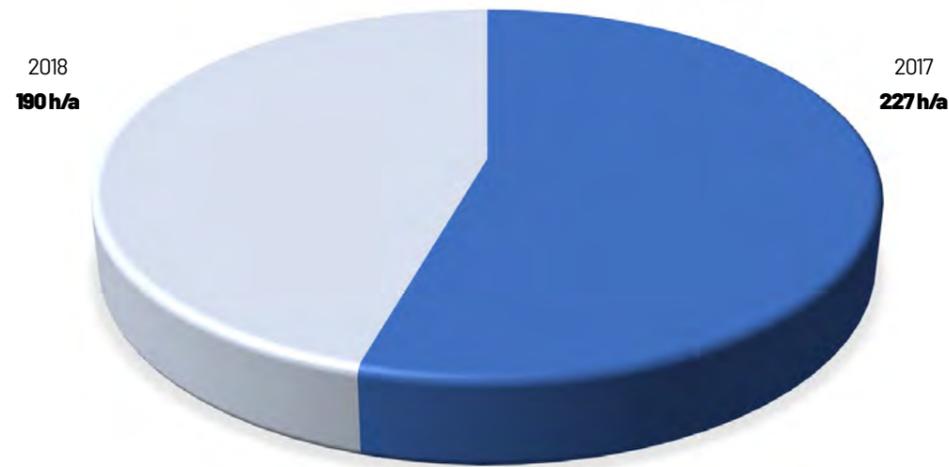
Visita dos novos magistrados ao Tribunal do Júri do TJPA.



Ano Letivo: 2017

Programação: eventos/extensão

ATIVIDADES DE EXTENSÃO



39 Atividades de Extensão
 Desembargadores: **08**
 Juizes: **118**
 Servidores: **558**
 *Outros: **1200**

COORDENAÇÃO: ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARÁ – EJPAA

CURSO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	MAGISTRADOS	SERVIDORES	OUTROS*
1- Workshop - Aprendendo a Trabalhar com o Moodle	20	20	02	18	-
2 - Conferência Magna 2017	287	4	20	40	227
3 - Filme Orações para Bobby	37	4	01	21	15
4 - Palestra Expansividade e Desafios dos Direitos Humanos	48	4	08	26	14
5 - Exibição e Debate: Direitos Humanos e Acesso à Terra	35	4	06	17	12
6 - Semana Jurídica	221	20	06	35	180
7 - Ciclo de Palestras: Tema "A Eficácia das Decisões Judiciais - Sistemática da Repercussão Geral, Recursos Repetitivos, Idr, Tutela Provisória e Resolução Nº 235 do Cnj"	42	8	09	36	01

CURSO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	MAGISTRADOS	SERVIDORES	OUTROS*
8 - Palestra: A Proteção do Patrimônio Religioso no Estado do Pará	9	4	-	05	04
9 - Oficina Sobre a Manualização do Processo de Trabalho	19	4	-	19	-
10 - Oficina de Planejamento De Ensino - Enfam	29	14	02	27	-
11 - Oficina de Tutoria - Enfam	36	4	02	18	-
12 - Workshop para Nubentes A Partir dos Princípios da Constelação Familiar - Turma I	9	4	-	02	07
13 - Workshop para Nubentes a Partir dos Princípios da Constelação Familiar - Turma II	3	4	-	-	03
14 - Workshop Para Nubentes a Partir dos Princípios da Constelação Familiar - Turma III	6	4	-	-	06
15 - Workshop para Nubentes a Partir dos Princípios da Constelação Familiar - Turma IV	5	4	-	-	05
16 - Roda de Conversa - Estresse no Trabalho: Estratégias de Identificação e Enfrentamento	9	2	-	09	-

EM PARCERIA: COORDENADORIA DOS RECURSOS/COORDENADORIA DE TRIAGEM DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL

CURSO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	MAGISTRADOS	SERVIDORES	OUTROS*
1. Evento "Metodologia de Gestão de Precedentes com a Integração do STJ e dos Tribunais de Segunda Instância"	138	4	19	80	39

EM PARCERIA: ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DO PARÁ – AMEPA / ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO ESTADO DO PARÁ ANOREG/PA

CURSO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	MAGISTRADOS	SERVIDORES	OUTROS*
1. Simpósio Notarial e Registral	98	15	20	23	55

EM PARCERIA: COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – CEIJ

CURSO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	MAGISTRADOS	SERVIDORES	OUTROS*
1. Curso Pretendentes a Pais por Adoção	12	10	–	–	12
2. Curso Pretendentes a Pais por Adoção	34	10	–	–	34
3. Curso Pretendentes a Pais por Adoção	32	10	–	–	32
4. Curso Pretendentes a Pais por Adoção	12	10	–	–	12

EM PARCERIA: NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – NUPEMEC

CURSO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	MAGISTRADOS	SERVIDORES	OUTROS*
1. Curso de Mediação Judicial	20	40	–	01	19

EM PARCERIA COM A ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA – EPM

CURSO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	MAGISTRADOS	SERVIDORES	OUTROS*
1. Seminário: “Aspectos Processuais da Repressão aos Crimes Econômicos”	20	20 online	02	18	–

TOTAL EVENTOS/EXTENSÃO EM PARCERIA	TOTAL PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA TOTAL	TOTAL MAGISTRADOS	TOTAL SERVIDORES	TOTAL OUTROS*
24	1.181	227	97	395	677

RELATÓRIO CURSOS – EJPA – ANO LETIVO 2017

CURSO DE FORMAÇÃO

CURSO	CARGA HORÁRIA	CONCLUINTES	MAGISTRADOS	SERVIDORES	OUTROS*
1. Curso de Formação Inicial para Juizes Substitutos do Estado do Pará	575	11	11	–	–

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO

CURSO	CARGA HORÁRIA	CONCLUINTES	MAGISTRADOS	SERVIDORES	OUTROS*
2. Curso de Aperfeiçoamento Ética Jurídica.	20	39	07	30	02
3. Curso de Capacitação Sobre Aplicabilidade da Lei Maria da Penha.	20	39	05	34	–
4. Curso de Aperfeiçoamento em Processo Civil VIII: O Novo CPC em Debate	29	34	06	22	06
5. II Curso Teoria dos Precedentes Judiciais	20	24	08	16	–
6. Curso De Socioambientalismo e Direitos Territoriais de Comunidades Tradicionais.	20	11	01	10	–
7. Curso de Aperfeiçoamento em Tutela Coletiva	20	31	07	24	–
8. Curso de Aperfeiçoamento em Direito Penal: Crimes Contra a Vida	20	38	02	36	–
9. Curso de Direito Probatório no Novo Código de Processo Civil	20	37	09	26	02
10. Curso De Aperfeiçoamento em Direito Constitucional – Controle de Constitucionalidade no Âmbito Estadual	20	32	07	22	03
11. Curso Tópicos de Direito de Família	20	26	06	19	01
12. Curso Sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência: Direitos à Igualdade, à Saúde e à Educação.	20	22	03	19	–
13. Curso de Direito Agrário, Ambiental e Minerário	120	85	41	44	–
14. Curso de Capacitação Sobre Aplicabilidade da Lei Maria da Penha – Marabá	20	56	14	42	–
15. Curso de Aperfeiçoamento em Direito Penal: Crimes Contra a Vida – Santarém	20	16	03	13	–
16. Curso de Argumentação Jurídica	20	26	09	17	–
17. Curso de Aperfeiçoamento em Direito Internacional: Proteção Interamericana de Direitos Humanos	20	09	02	07	–
18. Curso Recursos no Código de Processo Civil	20	32	05	26	01
19. Curso de Aperfeiçoamento o Empoderamento Vocal e o Poder Psicológico da Voz	20	22	–	20	02
20. Curso Atuação do Oficial de Justiça na Prestação Jurisdicional	20	63	–	63	–
21. Curso Atuação do Oficial de Justiça na Prestação Jurisdicional – Marabá	20	35	–	35	–
22. Curso em Combate à Improbidade Administrativa	20	33	09	24	–

CURSO	CARGA HORÁRIA	CONCLUINTES	MAGISTRADOS	SERVIDORES	OUTROS*
23. Curso De Aperfeiçoamento em Direito de Família: Guarda Compartilhada e Alienação Parental	20	30	02	28	—
24. Curso de Direito Registral e Notarial	20	40	05	27	08
25. Curso de Aperfeiçoamento em "Oratória e Escutatória"	16	25	03	10	12
26. Curso de Aperfeiçoamento em Conciliação e Mediação	20	41	02	27	12
27. Curso de Judicialização da Saúde Pública	20	29	08	11	10
28. Curso "A Atuação do Oficial de Justiça na Prestação Jurisdicional" - Altamira	20	12	—	12	—
29. Curso de Aperfeiçoamento em Direito Tributário: Aspectos Gerais de Direito Material Tributário.	20	16	—	15	01
30. Curso de Psicanálise e Direito	20	24	—	24	—
31. Curso de Aperfeiçoamento em Direito Penal: Crimes Contra a Vida - Marabá	20	25	06	19	—
32. Curso "Aspectos Teóricos e Práticos da Tutela dos Direitos das Populações Tradicionais"	20	19	—	19	—
33. Curso de Recursos, Incidentes, Precedentes e Teses Jurídicas no Código de Processo Civil	20	33	01	29	03
34. Curso de Extensão: Capacitação em Percepção Sistêmica no Judiciário	30	16	03	12	01
35. Dosimetria da Pena	20	21	04	16	01
36. Curso "Aspectos Contemporâneos da Liberdade de Expressão"	20	11	03	08	—
37. Curso "O Pagamento de Crédito Decorrente de Decisão Judicial pela Fazenda Pública. O Processo de Requisições pelo Judiciário do Estado do Pará"	20	22	04	18	—
38. Curso De Aperfeiçoamento "O Empoderamento Vocal e o Poder Psicológico da Voz" - Módulo II	20	12	—	12	—
39. Curso de Direito Registral e Notarial	20	16	02	09	05
40. Curso "A Atuação do Oficial de Justiça na Prestação Jurisdicional" - II	20	35	—	35	—
41. Curso De Aperfeiçoamento Em Direito Infracional: Decisão Judicial, Internação de Adolescentes e Controle Punitivo	20	15	02	09	04
42. Curso de Introdução à Justiça Restaurativa - Santarém	20	31	03	10	18
43. Curso de Justiça Restaurativa Aplicada à Infância e Juventude - Marabá	40	20	01	06	13
44. Curso Improbidade Administrativa - Ead	40	17	09	08	—

TOTAL DE CURSOS	CARGA HORÁRIA TOTAL	TOTAL CONCLUINTES	TOTAL DE MAGISTRADOS	TOTAL SERVIDORES	TOTAL OUTROS
44 CONCLUÍDOS	1590	1231	213	913	105

* Ministério Público do Estado do Pará - MP
 Defensoria Pública do Estado do Pará - DP
 Procuradoria Geral do Estado do Pará - PGE
 Ordem dos Advogados - Seção Pará - OAB
 Outros

Ano Letivo: 2018/2019

Programação: eventos/extensão

FORMAÇÃO CONTINUADA



98 Cursos de Formação Continuada
 Magistrados: 547
 Servidores: 1896
 *Outros: 230

COORDENAÇÃO: ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARÁ – EJPA

CURSO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	DESEMBARGADORES	MAGISTRADOS TJE	SERVIDORES	OUTROS*
1- Conferência Magna 2018 "Justiça Eleitoral e Democracia: A Importância do Voto Biométrico como Instrumento da Soberania Popular"	94	4	07	14	28	45
2- Semana Jurídica da Esmpa: Enfrentamento da Violência, Direito ao Respeito e Cultura da Paz	62	20	-	-	20	42
3- Palestra Espectro Autista: Inclusão e Direitos Fundamentais	52	4	-	-	28	24
4- Documentário "O Holocausto Brasileiro: Vida, Genocídio e 60 Mil Mortes no Maior Hospício do Brasil"	21	4	-	-	07	14
5- Palestra: As Tutelas Provisórias e a Execução Contra a Fazenda Pública	60	4	-	04	28	28
6- Semana Jurídica: Tema - "Direitos Humanos e Meio Ambiente"	70	20	-	01	15	54
7- Encontro Jurídico: 30 Anos da Constituição da República	186	10	01	01	27	157

EM PARCERIA: VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DISTRITAL DE ICOARACI

CURSO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	DESEMBARGADORES	MAGISTRADOS TJE	SERVIDORES	OUTROS*
1. Capacitação dos Agentes de Proteção da Infância e Juventude do Distrito de Icoaraci	51	12	-	-	-	51

EM PARCERIA: COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – CEIJ

CURSO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	DESEMBARGADORES	MAGISTRADOS TJE	SERVIDORES	OUTROS*
1. Curso de Pretendentes a Pais por Adoção	13	12	-	-	02	11
2. Curso de Pretendentes a Pais por Adoção	10	12	-	-	-	10
3. Curso de Pretendentes a Pais por Adoção	21	12	-	-	01	20
4. Curso de Pretendentes a Pais por Adoção	07	12	-	-	-	07
5. Curso de Pretendentes a Pais por Adoção	21	12	-	-	02	19
6. Curso de Pretendentes a Pais por Adoção	18	12	-	01	01	16

EM PARCERIA: NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – NUPEMEC

CURSO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	DESEMBARGADORES	MAGISTRADOS TJE	SERVIDORES	OUTROS*
1. Curso de Mediação Judicial	29	40	-	-	04	25

TOTAL DE PARTICIPANTES DOS EVENTOS DE EXTENSÃO 2018

TOTAL DE PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA TOTAL	TOTAL DE DESEMBARGADORES	TOTAL MAGISTRADOS	TOTAL DE SERVIDORES	TOTAL DE OUTROS
715	190	08	21	163	523

RELATÓRIO CURSOS – EJPA – ANO LETIVO 2018**CURSO DE FORMAÇÃO**

CURSO	PORTARIA ENFAM	CARGA HORÁRIA	CONCLUINTES	MAGISTRADOS	SERVIDORES	OUTROS*
Curso de Formação Inicial de Juizes Substitutos do Poder Judiciário do Estado do Pará	Portaria Nº 76 de 10 de abril de 2018	480	07	07	-	-

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO

CURSO	PORTARIA ENFAM	CARGA HORÁRIA	CONCLUINTES	MAGISTRADOS	SERVIDORES	OUTROS*
1. Curso de Aperfeiçoamento em Direito Processual Penal: A Fase Instrutória	Portaria Nº 46 de 22 de março de 2016	20H/A	56	17	36	03
2. Curso de Capacitação em Direito da Seguridade Social	Portaria Nº 83 de 26 de abril de 2016	20H/A	47	08	37	02
3. Curso de Aperfeiçoamento em Direito Constitucional Penal	Portaria Nº 107 de 12 de maio de 2016	20H/A	22	10	09	03
4. Curso Aspectos Jurídicos da Mineração no Âmbito do Poder Judiciário Estadual	Portaria Nº 55 de 22 de março de 2018	20H/A	14	06	08	—

CURSO	PORTARIA ENFAM	CARGA HORÁRIA	CONCLUINTES	MAGISTRADOS	SERVIDORES	OUTROS*	CURSO	PORTARIA ENFAM	CARGA HORÁRIA	CONCLUINTES	MAGISTRADOS	SERVIDORES	OUTROS*
5. Curso de Aperfeiçoamento em Direito Penal: Crimes Contra a Administração Pública	Portaria Nº 101 de 12 de maio de 2016	20H/A	39	09	27	03	20. Curso "Gestão de Precedentes Judiciais e o Ganho em Organização, Racionalização e Produtividade" - Marabá	Portaria Nº 44 de 09 de março de 2018	20H/A	16	03	13	—
6. Curso de Aperfeiçoamento em Audiência De Custódia	Portaria Nº 106 de 12 de maio de 2016	20H/A	20	02	18	—	21. Curso "Cumprimento de Sentença e Processo de Execução"	Portaria Nº 190 de 04 de setembro de 2017	20H/A	23	05	17	01
7. Curso de Aperfeiçoamento "Responsabilidade Civil, Penal e Administrativa em Matéria Ambiental Uma Análise Sistemática"	Portaria Nº 66 de 06 de abril de 2018	20H/A	19	03	14	02	22. Curso O Juiz e o Serviço Extrajudicial - EAD	Portaria Nº 58 de 01 de setembro de 2017	60H/A	20	09	09	02
8. Curso de Justiça Restaurativa Aplicada a Violência Doméstica - Marabá	—	40H/A	18	02	07	09	23. Curso "Recursos no Código de Processo Civil"	Portaria Nº 87, de 22 de maio de 2017	20H/A	45	04	37	04
9. Curso de Socioambientalismo e Direitos Territoriais de Comunidades Tradicionais	Portaria Nº 32 de 13 de março de 2017	20H/A	07	01	02	04	24. Curso "Questões Controvertidas nos Juizados Especiais: Cíveis, Criminais e Fazenda Pública"	Portaria Nº 119, de 16 de maio de 2018	20H/A	59	30	29	—
10. Curso de Controle de Constitucionalidade no Âmbito Estadual - Santarém	Portaria Nº 246 de 26 de outubro de 2017	20H/A	19	—	06	13	25. Curso de Aperfeiçoamento Combate à Improbidade Administrativa	Portaria Nº 162, de 10 de julho de 2018	20H/A	42	16	22	04
11. Curso de Aperfeiçoamento em Direito Tributário: Aspectos Gerais de Direito Material Tributário	Portaria Nº 108 de 12 de maio de 2016	20H/A	38	08	24	06	26. Curso "Aspectos Teóricos e Práticos do Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência, de Acordo com a Lei 13.431/2017"	Portaria Nº 166, de 11 de julho de 2018	20H/A	44	05	30	09
12. Curso A Doença Mental no Direito Penal Brasileiro: Inimputabilidade, Periculosidade e Medida de Segurança	Portaria Nº 86 de 20 de abril de 2018	20H/A	17	03	08	06	27. Curso Formação de Formadores - Nível I - Módulo I	Portaria Nº 186 de 30 de julho de 2018	24H/A	27	15	10	02
13. Curso "A Atuação do Oficial de Justiça na Prestação Jurisdicional" - Santarém	—	20H/A	23	—	23	—	28. Curso Formação de Formadores - Nível I - Módulo III	Portaria Nº 187 de 20 de agosto de 2018	20H/A	28	16	10	02
14. Curso O Pagamento do Crédito Decorrente de Decisão Judicial pela Fazenda Pública. O Processamento das Requisições pelo Judiciário do Estado do Pará	Portaria Nº 196 de 13 de setembro de 2018	20H/A	20	02	16	02	29. Curso de Aperfeiçoamento em Bioética Aplicada ao Biodireito	Portaria Nº 79 de 12 de abril de 2018	20H/A	18	—	16	02
15. Curso de Controle de Constitucionalidade no Âmbito Estadual	Portaria Nº 246 de 26 de outubro de 2017	20H/A	21	04	15	02	30. Curso de Gestão Compartilhada	Portaria Nº 150 de 29 de junho de 2018	20H/A	19	02	16	01
16. Curso Sobre O Estatuto da Pessoa com Deficiência: Direitos à Igualdade, à Saúde e à Educação	Portaria Nº 73 de 26 de abril de 2017	20H/A	14	03	10	01	31. Curso de Execução Penal - EAD	Portaria Nº 62 de 01 de setembro de 2017	30H/A	28	25	02	01
17. Curso de Aperfeiçoamento em Direito de Família: Guarda Compartilhada e Alienação Parental	Portaria Nº 129 de 3 de junho de 2016	20H/A	34	—	31	03	32. Curso "Capacitação Oficial de Justiça Pacificador Social"	—	20H/A	34	—	33	01
18. Curso de Capacitação Sobre a Aplicabilidade da Lei Maria da Penha	Portaria Nº 244 de 23 de outubro de 2017	20H/A	17	07	09	01	33. Curso "Ateliê de Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos"	Portaria Nº 173 de 25 de julho de 2018	20H/A	16	02	09	05
19. Curso "Gestão de Precedentes Judiciais e o Ganho em Organização, Racionalização e Produtividade"	Portaria Nº 44 de 09 de março de 2018	20H/A	34	09	24	01	34. Curso de Aperfeiçoamento em Análise Econômica da Decisão Judicial	Portaria Nº 235 de 06 de setembro de 2018	20H/A	14	08	06	—

Formação de Formadores

A Formação de Formadores é um dos cursos oficiais a serem ofertados pelas Escolas Judiciais e tem como finalidade a preparação de magistrados e servidores para a prática docente, formação e aperfeiçoamento de seus pares.

Até o ano de 2016 eram cinco os formadores paraenses credenciados pela ENFAM, porém, com esforço da gestão, nos anos de 2017 e 2018 a Escola

certificou mais de 40 docentes, dentre magistrados e servidores do TJPA, proporcionando aos alunos da EJPA cursos mais dinâmicos e aulas voltadas à prática judicante.

Três módulos do Curso de Formação de Formadores foram aplicados na Escola da Magistratura e formaram magistrados e servidores que agora estão aptos para replicar o conhecimento adquirido.



Juízes no encerramento do Nível II do curso de Formação de Formadores

Alunos do Curso de Formação de Formadores.



Alunos do Curso de Pós-Graduação em aula.

Cursos de Pós-graduação

Durante o ano de 2018 foi celebrado acordo com a Escola de Governo para a realização de 04 Cursos de Pós-Graduação ofertados para magistrados e servidores.

Os cursos têm carga horária de 360h com quatro especialidades: Curso de Pós-Graduação lato sensu em Gestão Pública com Duas Ênfases: em Desenvolvimento de Pessoas e Políticas

Públicas e Governança e em Direito, com duas ênfases: Direito Civil e Direito Processual Civil; e, Direito Penal, Direito Processual Penal e Direitos Humanos.

As aulas dos quatro cursos de Especialização iniciaram em agosto de 2018 e tem previsão de término em setembro de 2019 e qualificarão 120 servidores do Tribunal de Justiça do Estado.



*Turma de Pós-graduação
em Direito Civil
e Processual Civil*

*Aula inaugural
com professor doutor
Jean Carlos Dias*



Interiorização e descentralização

Visando a expandir o conhecimento para as mais remotas regiões do Estado do Pará e garantir a qualificação de um maior número de servidores, a EJPA investiu na opção pela Educação a Distância (EaD).

Importante frisar que o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu o Plano Nacional de Capacitação, documento que determina e orienta que os Tribunais devem dar prioridade ao uso da educação a distância na capacitação de servidores e magistrados e sugerem que as Escolas Judiciais tenham um departamento próprio para este fim.

Ainda de acordo com o CNJ, as vantagens do EaD integram a redução de custos, a mobilidade dos participantes, a otimização do tempo dos alunos e

tutores, o ganho de escala e a possibilidade de capacitar maior número de pessoas.

Em suma, o modelo de educação a distância do Poder Judiciário busca mapear necessidades e conhecimentos e transformar os resultados em cursos e projetos que possam ser replicados para todo o Judiciário.

Na EJPA, a Educação a Distância e a interiorização foram prioridade durante o biênio, tendo sido realizados oito cursos na modalidade Ensino a Distância e doze cursos nas comarcas do interior.

O processo de interiorização dos Cursos presenciais e o Ensino a Distância, permitiram a qualificação de todo o Estado com menor dispêndio de recursos.

Acordos e parcerias

COTEGEP - O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, desembargador Ricardo Ferreira Nunes, assinou Protocolo de Intenções com a Escola de Governo do Estado do Pará (EGPA), com o objetivo de estabelecer cooperação mútua no processo de capacitação de servidores públicos. O acordo formaliza ainda a criação do Comitê de Trabalho das Escolas de Governo (COTEGEP), outros treze órgãos ratificaram a parceria que conta com a interveniência da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará.

O acordo pretende incentivar a cooperação recíproca entre os celebrantes para o desenvolvimento de competências profissionais relacionadas com o aperfeiçoamento e capacitação dos

servidores públicos do Estado do Pará para a melhor prestação do serviço público, possibilitando a promoção de atividades conjuntas de educação corporativa na modalidade presencial ou a distância como cursos, seminários, encontros e demais eventos.

Parceria internacional - visando ao intercâmbio acadêmico, científico e cultural com outras instituições de ensino, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por interveniência da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará, celebrou acordos de cooperação técnica com Portugal.

No decorrer da gestão foi celebrado acordo de cooperação com a Universidade Infante D. Henrique, localizada na cidade do Porto, Portugal.



Prédio da Universidade Infante D. Henrique, cidade do Porto, Portugal.

E em Portugal, foi celebrado o Acordo Técnico, Acadêmico, Científico e Financeiro com o Instituto de Ciências Jurídico Políticas, localizado na cidade de Porto, Portugal.

Prédio do Instituto de Ciências Jurídico Políticas, localizado na cidade de Porto, Portugal



Os acordos possibilitarão a mobilidade de professores e pesquisadores, realização de estudos/pesquisas, além de publicações, cursos, seminários e conferências e são um marco na gestão da Escola da Magistratura.

Valorização de servidores do corpo técnico da Escola da Magistratura

No biênio 2017-2019, a gestão valorizou a formação dos servidores do corpo técnico da Escola, o incentivo está em consonância com as novas exigências para o quadro de discentes magistrados e servidores que necessitam de uma Equipe qualificada para garantir o assessoramento pedagógico preconizado pela ENFAM.

Além disso, a valorização pode ser sentida nos muitos momentos de interação entre os servidores da Escola, como missas e celebrações que incluíram até os filhos dos servidores, demonstrando a preocupação da gestão com o bem-estar e saúde dos profissionais que trabalham na escola.



Missa em homenagem ao Dia dos Pais

Momento de confraternização entre servidores



Curso de Direito Agrário para titularização de Vara Agrária

Tendo como diretriz o Macrodesafio Melhoria da Gestão de Pessoas e a iniciativa estratégica de fortalecimento de políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários, urbanos, rurais, ambientais e minerários, foi realizado, nos anos de 2017 e 2018, o Curso de Direito Agrário, Ambiental, Minerário e Registral, requisito parcial para titularização de Vara Agrária, sendo

ofertadas ao todo 220 vagas a Magistrados e Servidores. Neste curso também se efetivou, simultaneamente, o processo de interiorização dos Cursos da EJPA e a implementação do EAD, sendo o curso teletransmitido em parte, com atividades no ambiente virtual de aprendizagem (Fóruns de Discussão) e atividades presenciais nos cinco polos agrários do Estado.

Investimentos e melhorias

Nos anos de 2017 e 2019 foram realizadas na Escola da Magistratura adaptações físicas necessárias a adequação do espaço para torná-lo acessível à portadores de necessidades especiais, priorizando a acessibilidade do prédio.

No que tange à Biblioteca, foram adquiridos 478 novos exemplares para a Biblioteca da EJPA, dentre aquisições e doações recebidas de

livros, periódicos, folhetos informativos, revistas e etc. Ao todo, a Biblioteca dispõe de um acervo de 2.548 exemplares para atender os discentes e frequentadores da instituição.

Além disso, o espaço passou a contar com um sistema que modernizou e facilitou os empréstimos e controle dos títulos.

Credenciamento no Conselho Estadual de Educação

A Escola Judicial do Estado do Pará iniciou o processo de Credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE). O requerimento protocolizado para fins de credenciamento junto ao

Conselho Estadual de Educação do Estado do Pará tem como principal objetivo habilitar a Instituição de Ensino superior a emitir sua própria certificação aos concluintes dos cursos de Pós-graduação Lato

Sensu (presencial) e EaD, tendo ocorrido, inclusive, visita da comissão avaliadora nos dias 29, 30 e 31 de janeiro de 2019, ocasião em que foi aprovado o almejado credenciamento ao Conselho Estadual, tendo esta Instituição alcançado nota máxima em todos os critérios para credenciamento.

Desta forma, a partir deste momento, será possível a ampliação da oferta de cursos de Pós-graduação Lato Sensu nas modalidades presenciais e EaD. Como atividades relacionadas é possível mencionar : a) Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); b) a elaboração de quatro projetos de

Pós-graduação Lato Sensu presenciais (Gestão em Unidade Judiciária; Direito Penal, Direito Processual Penal e Direitos Humanos; Direito Civil, Processual Civil e Direitos Humanos; Direito Agrário); c) Obtenção de documentos através de pesquisas documentais (via intranet e internet), junto às Secretarias (solicitações através de Ofícios via Siga-doc) e junto a outros setores do TJPA (solicitações através de e-mails e via Siga-doc), que serviram como anexos no processo. Tais documentações estão relacionadas ao contexto histórico e às demandas atualizadas referente à Escola Superior da Magistratura.

Escola Judicial recebe visita do Conselho Estadual de Educação



Estudos e pesquisas para o credenciamento junto ao Ministério da Educação

O credenciamento junto ao Ministério da Educação prevê a devida habilitação da Escola Judicial do Pará à emissão de certificados aos concluintes

dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (à distância). A EJPA está em fase de estudos para dar continuidade ao credenciamento.

EJPA participa de eventos do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM)

A Escola Judicial do Estado do Pará faz parte do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) e durante o biênio esteve presente em diversos eventos do COPEDEM, a saber:

VII Congresso Jurídico de Saúde Suplementar, Reunião do Colégio Permanente de Diretores e Coordenadores das Escolas Estaduais da Magistratura COPEDEM, 10 e 11 de agosto de 2017 - Brasília-DF.

Curso Desenho Instrucional, Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, 08 a 10 de agosto de 2017 - Brasília-DF

Congresso Internacional de Direitos Humanos, Congresso Desafios dos Direitos Humanos - 10

a 12 de julho de 2017 e, Universidade de Salamanca, 17 a 19 de julho de 2017 – Espanha

XLV Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura – COPEDEM, 27 a 29 de abril de 2017 - Recife-PE.

XLVII Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura - COPEDEM – Especialização Profissional “Sem Distância – em busca do Aperfeiçoamento da Jurisdição e da Efetivação dos Direitos Humanos, Escola da Magistratura de Tocantins, 05 a 07 de abril de 2018 – Palmas – TO.

Medalha recebida na homenagem em São Paulo

EJPA é homenageada na Câmara Municipal de São Paulo

O Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) foi homenageado com a Comenda “Salva de Prata” e a Escola Judicial do Estado do Pará (EJPA), com o Diploma e Medalha de Honra, na pessoa do Diretor-Geral da instituição, Desembargador Constantino Augusto Guerreiro. As homenagens foram entregues em sessão solene realizada na

Câmara Municipal de São Paulo, em fevereiro de 2018, atendendo à proposição do vereador Caio Miranda. O Diploma e a Medalha de Honra foram entregues ao Secretário-Geral da EJPA, Aníbal Corrêa Pinheiro, e considerou os relevantes serviços prestados à formação dos magistrados e servidores do Tribunal de Justiça e da comunidade jurídica paraense.

Dr. Aníbal Pinheiro representando a Escola com certificado e medalha na cerimônia de homenagem



Ação social

A EJPA, com o objetivo de realização do projeto de ação social, recebe dos alunos matriculados nos cursos e de participantes de eventos, alimentos não perecíveis que são entregues às instituições de caridade. Já foram doadas mais de 1.000 unidades de alimentos às entidades como o Abrigo João de Deus, localizado no Bairro da Cidade Velha em Belém e que presta atendimento às pessoas em situação de rua. Também foram doados alimentos ao Abrigo São Vicente de Paulo (Bairro da Pedreira) que atende a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, bem como à Cáritas Belém que efetuou a entrega de alimentos aos refugiados venezuelanos que moram em Belém.

Durante o biênio, foram realizadas campanhas sociais, a primeira para a arrecadação de material escolar para o ano letivo de crianças e jovens de baixa renda da comunidade Cruzeirozinho, na Região do Baixo Acará. A mobilização angariou mais de 100 kits escolares, além de materiais extras como tesouras, réguas e borrachas, que foram suficientes para atender a mais de uma centena de crianças, impactando positivamente e ajudando a diminuir a evasão escolar na referida comunidade.

A segunda campanha beneficiou os idosos do Asilo São Vicente de Paulo, que foram agraciados com a arrecadação de alimentos não perecíveis.

Doação de material escolar para crianças ribeirinhas



Campanha de doação de alimentos para idosos

Material de divulgação da campanha de doação de alimentos para discentes da Escola.



Doação de alimentos para idosos

CAMPANHA DE DOAÇÃO DE ALIMENTOS

A Escola de Magistratura do Pará está arrecadando, dos alunos inscritos nos mais diversos cursos, alimentos não perecíveis em prol dos idosos do Abrigo São Vicente de Paulo (bairro da Pedreira, Belém-PA) e de pessoas em situação de rua do Abrigo João de Deus (Cidade Velha).

A sua doação é um prato cheio contra a fome e a desigualdade, apoie esta causa!

SUA SOLIDARIEDADE É UM PRATO CHEIO.

As doações estão sendo coletadas na Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará (Tv. Quintino Bocaiuva, 1404, Nazaré, Belém - PA)

Responsabilidade socioambiental

A Escola da Magistratura recebeu congratulações do Núcleo Socioambiental por ter alcançado a melhor participação ao longo do ano de

2018 no Projeto Descarte Consciente, demonstrando a responsabilidade social e preocupação com meio ambiente.



Prêmio de participação no Projeto Descarte Consciente.



Auditório lotado em Evento Nacional da ENFAM

Escola recebe evento da Escola Nacional da Magistratura – ENFAM

A Escola Superior da Magistratura do Pará (EJPA) foi sede do curso nacional “Direito Ambiental da Flora”, que reuniu nos dias 14 e 15 de dezembro de 2018, magistrados de todas as regiões do país para discutir o papel do Judiciário na preservação das áreas de floresta do Brasil. O curso, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), trouxe especialistas brasileiros que são referência em meio ambiente e direito ambiental para a capacitação de magistrados nessa área.

A abertura do curso ocorreu na sede da EJPA e contou com a presença do diretor-geral da Enfam, ministro Herman Benjamin; do presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), desembargador Ricardo Ferreira Nunes; do diretor da Escola da Magistratura Federal da 1ª Região (ESMAF-TRF1),

desembargador Federal Antônio Souza Prudente; do diretor da EJPA, desembargador Constantino Augusto Guerreiro; além de outras autoridades.

Houve, ainda, apresentações dos temas: Aspectos complexos da Ação Civil Pública Ambiental, Licenciamento Ambiental e Desapropriação Ambiental, dentre outros temas aplicados à realidade nacional.

Para o presidente do TJPA, desembargador Ricardo Ferreira Nunes, é muito importante para o Judiciário paraense receber juristas de todo o Brasil para discutir o meio ambiente. “Eu penso que são dois dias de grandes soluções para a Amazônia. Esperamos que daqui saiam algumas diretrizes para os nossos dirigentes maiores sobre a preservação do nosso santuário, que é a nossa flora”, ressaltou.

“São temas relevantes sobre meio ambiente

onde há uma troca de conhecimento entre os juízes através de palestrantes brilhantes, referências nacionais nessa matéria. Para nós é uma honra a ENFAM ter escolhido a nossa Escola para sediar tão relevante evento. Como é um evento nacional, também

estamos com cinco juízes do Judiciário paraense sendo capacitados. Isso engrandece o conhecimento dos magistrados com relação à preocupação com as nossas florestas”, considerou o diretor-geral da EJPA, desembargador Constantino Guerreiro.

Escola recebe o título de Escola Judicial

Foi sancionada em 27 de dezembro de 2018 a Lei nº 8.803/2018 que transforma a Escola Superior da Magistratura em Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará, abrangendo ainda a adequação da sua estrutura administrativa.

A transformação era uma das metas inclusas no Macrodesafio “Melhoria de Gestão de Pessoas do Plano de Gestão do biênio 2017/2019” e está de acordo com os objetivos da Resolução nº 159 do Conselho Nacional de Justiça, considerando que a mesma é integrante do Sistema Nacional de Capacitação Judicial, estando credenciada junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

A Escola, que tem como principal objetivo a capacitação de magistrados e servidores, busca proporcionar um melhor ambiente de trabalho, tendo em vista a necessidade de integrar, formar e aperfeiçoar de forma contínua magistrados e servidores para o desempenho de suas funções. Conforme a

lei, a escola Judicial tem por finalidade a realização de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e aperfeiçoamento de magistrados e servidores; cursos de pós-graduação, além de realização de cursos diversos, simpósios e palestras.

O Diretor Geral da Escola Superior da Magistratura, Desembargador Constantino Augusto Guerreiro, justifica a transformação e adequação, afirmando que: “as Escolas Judiciais têm se apresentado como instrumento de especial significação para alcançar os novos paradigmas decorrentes das mudanças sociais e econômicas, buscando um novo olhar sobre a qualidade da atividade judicial. E da formação técnica, humanística e ética de magistrados e servidores que se impõe hoje como um dos desafios do Poder Judiciário”.

Assim, a transformação da Escola Superior da Magistratura dará cumprimento às orientações da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM.



*Doutor Juiz
Elder Lisboa*

Escola judicial homenageia o Juíz Elder Lisboa

No dia 30 de janeiro de 2019, em sua 4ª sessão ordinária, o Tribunal Pleno do TJPA, atendendo indicação do Desembargador Constantino Augusto Guerreiro, aprovou a nova denominação

da Escola, que através do PA-MEM-2019/01984, deixou de se chamar Escola Superior da Magistratura para chamar-se “Escola Judicial do Estado do Pará – Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa”.

Produzido pelo Departamento Acadêmico da Escola Judicial do Estado do Pará

Fotos: **Flickr do TJPA**

Travessa Quintino Bocáiuva, 1404 - Nazaré. 66035-190 Belém – Pará
Telefone Geral: **(91) 3110-6800**

Site: **www.esmpa.tjpa.jus.br**

Departamento de Comunicação
Linomar Bahia, diretor

Coordenadoria de Imprensa
João Vital, coordenador

Edição de arte
Airton Nascimento

Revisão
Lais Zumero

